

BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Editorial

Business Roundtable Portugal Patrões prometem um milhão e cem mil despedimentos nos próximos anos

No passado dia 22 de Junho, formou-se uma coisa chamada *Business Roundtable Portugal*. Agrupa as 42 empresas que integram o índice bolsista português.

Qual é a coisa qual é ela, que não é a CIP nem a CAP nem a confederação do comércio, mas é o *business*? É o novo estado-maior político do grande capital, que vê chegado o momento de tomar as coisas em mãos.

Declara um objectivo: em tempos conturbados, tomar conta dos milhões da chamada bazuca e organizar as (contra)-reformas que a Comissão Europeia exige ao país em contrapartida dos fundos: nada menos que 32 “reformas”, que implicam “*rupturas no modelo de ensino, reformas na justiça, alterações no sistema fiscal*” (*Expresso*). Além de manter e agravar, naturalmente, o código do trabalho imposto pela troika.

Cláudia Azevedo (Sonae), vice-presidente, diz: “a ruptura é mesmo precisa”. Especifica: “*Sabemos que até 2030 há 1,1 milhões de portugueses que têm de ser requalificados porque terão os seus postos de trabalho em risco, porque serão substituídos pela robotização e pela inteligência artificial. E 2030 é já amanhã*”.

Eis a ruptura: **o grande patronato promete despedir um milhão e cem mil trabalhadores nos próximos anos**. É algo como um quarto dos assalariados portugueses. Faça o Estado o favor de atender aos despedidos como entenda, desde que saia barato (a palavra de moda é “*requalifique-os*”).

O grande capital tenciona lucrar à grande com o processo. Os despedimentos vão envergar as camisolas da “transição digital” e da “transição verde”. Assim enfarpeados, renderão milhões em subsídios da bazuca/PRR.

Ao constituir-se em estado-maior político para ge-

rir este processo, o grande capital português dá um sinal claro: a ofensiva concertada de despedimentos que os trabalhadores da TAP, da Groundforce, da Altice, da banca, da GALP, da Efacec e de tantas outras empresas estão neste momento a sentir na pele é um mero toque a rebate para o que para aí vem.

O caso da TAP é especialmente elucidativo. Apesar

de a companhia estar agora quase a 100% nas mãos do Estado, a nova administração avança com um des-

pedimento colectivo de 124 trabalhadores. Sem justificação plausível, mesmo na sua lógica de “reestruturação”.

O que ela está, sim, é a mandar mensagens aos trabalhadores e às suas organizações.

A mensagem de que o Estado e o governo estão inteiramente capturados pela União Europeia e o patronato. E se desengane quem pense que, com a pro-

priedade do Estado, os trabalhadores da TAP podem respirar de alívio.

A segunda mensagem: não valem o papel em que estão impressos os “acordos de emergência” que

os sindicatos, com a espada do encerramento ao peçoço, assinaram, contra promessa de renúncia aos despedimentos colectivos.

E a terceira: os recuos dos trabalhadores não serão recompensados. Serão usados para desferir ataques ainda maiores contra eles.

Em Março, duzentos militantes sindicais e activistas de comissões de trabalhadores assinaram um apelo por uma frente de resistência e solidariedade entre todos os trabalhadores atacados.

Publicámo-lo no último número d’*O Trabalho*.

Esse apelo apontava um caminho: “*Solidários! Trabalhadores Atacados Não Podem Ficar Isolados!*”

(cont. p. 2)

Tap, Groundforce, Altice, Galp... *Trabalhadores Atacados Não Podem Ficar Isolados!*



Manifestação de bancários em São Bento, 13 de Julho

Editorial (cont.)

Esse caminho tem por base uma certeza: possa a ofensiva do capital ter a força do novo estado-maior patronal; possa ela ter a cobertura sem falhas do governo; e possa o governo ter a cobertura da União Europeia – essa ofensiva terá sempre uma enorme fragilidade: depende em absoluto de os trabalhadores continuarem isolados, divididos empresa a empresa, sector a sector, obrigados a travar lutas parciais e desiguais.

Superada essa divisão, superado esse isolamento, descobrir-se-á outra realidade: a de que a luta, a greve conjunta e coordenada dos sectores e empresas atacados é capaz de parar o país e vencer patrões e governo.

Esse é o “cenário” que UE, patrões e governo receiam acima de tudo. Por isso, tudo fazem para alimentar na imprensa a imagem de uma classe trabalhadora apática e desmoralizada. Sabem, porém, que essa imagem não é verdadeira e, por isso, aliciam as direcções sindicais para a “concertação social”. Aliciam-nas e amedrontam-nas à vez, pois precisam de neutralizar a gigantesca força adormecida do trabalho. Precisam de impedir, a qualquer custo, que os trabalhadores

recuperem a confiança na sua força colectiva, enfraquecida por direcções que só são fracas porque estão comprometidas com o governo e a União Europeia.

Na TAP, concessões e sacrifícios não funcionaram.

A verdade da campanha dos “Solidários!” é simples: os trabalhadores só podem confiar nas suas próprias forças, na sua unidade e na completa independência das suas organizações em relação a patronato, governo, UE.

No passado dia 13, houve uma primeira manifestação unitária dos bancários em São Bento. Dia 15, os trabalhadores da manutenção da TAP reuniram-se em plenário e concentração contra os despedimentos e decidiram: para a greve!

Este é o início do caminho para a outra saída, a nossa saída. A saída em que as “digitalizações”, aumentando a produtividade, permitem, como é lógico (mas impossível, enquanto forem os capitalistas a mandar), aumentar os salários e reduzir as horas de trabalho, em vez de reduzir os salários e aumentar o desemprego.

Compete-nos criar a força para ajudar os trabalhadores a abrir esse caminho. ■

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Habitação O Que é Necessário Fazer

A falta de habitação compatível com os salários dos trabalhadores é um dos grandes flagelos das populações urbanas, não só nas grandes cidades, mas, cada vez mais, também nas menores. *O Trabalho* con-

versou com **Bento Correia**, militante do Bloco de Esquerda em Queluz e responsável da cooperativa de habitação económica “O Nosso Lar”, que construiu 458 fogos na Quinta do Mirante.

Perguntámos-lhe, em vista das eleições autárquicas, que medidas entendia necessárias da parte das autarquias para responder a este problema, também, especificamente, no seu concelho de Sintra.

A próxima campanha eleitoral autárquica devia servir para que os partidos apresentassem soluções para vencer a especulação e fazer baixar os preços do arrendamento para habitação.

O próximo executivo deve municipalizar os solos disponíveis para habitação no PDM, mas também os que forem necessários a um plano mais geral, que contribua para resolver as graves carências habitacionais no concelho.

O executivo deve apresentar à Assembleia Municipal um plano geral que aponte para a construção de habitações sociais, pelos vários promotores, a um ritmo de pelo menos 700 fogos por ano.

O executivo deve disponibilizar esses solos ao IHRU, (Instituto da Habitação) e também às Cooperativas de Habitação Económica, enquanto entidades disponíveis para integrarem o plano municipal.

Do plano municipal deve fazer parte uma vertente que permita recuperar para a posse do estado todos os fogos degradados. Também os que estiverem vagos há mais de 2

anos, para serem colocados em regime de arrendamento a preços controlados.

As respostas à crise habitacional no plano nacional passam em primeiro lugar pela revogação das leis da troika. Passam pela aprovação pelo parlamento de uma lei dos solos, que vise cumprir o imperativo constitucional, designadamente no seu artigo 65.º, cuja aplicação permanece congelada. Só por este caminho será possível vencer a especulação galopante que é a base da crise habitacional que continua a agravar-se.

A resposta à crise habitacional requer também que o orçamento geral do estado inscreva em investimento direto, mas também em apoio ao investimento, as verbas necessárias para a construção de 10 mil habitações sociais em cada ano. Requer também que sejam inscritas as verbas que permitam a reabilitação permanente do parque habitacional do Estado, requer ainda que sejam previstas verbas anuais, na forma de incentivos, para a reabilitação da habitação construída a custos controlados. ■



Renda inacessível: casas que as pessoas não podem pagar.

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”
Responsável: José Júlio Santana Henriques

Página web: <http://ainternacional.pt>
Endereço mail: jose.santanah@gmail.com

LUTA DE CLASSES

Ofensiva concertada do grande capital, governo e União Europeia contra o emprego e o salário – os trabalhadores respondem

A ofensiva concertada do grande patronato contra os trabalhadores portugueses é agora oficialmente encabeçada por um estado-maior: o “Business Roundtable Portugal”. Esta nova associação agrupa os proprietários das 42 empresas que compõem o índice bolsista português. As suas receitas ascendem a mais de 40% do PIB nacional.

TAP: GREVE!

Em Março, os trabalhadores da TAP viram-se sozinhos perante a chantagem dos “acordos” impostos pela administração e pelo governo: cada um por si, cada sindicato isoladamente, as centrais sindicais expectantes ou a assobiar para o lado. Enquanto isso, o *ministro mais à esquerda do governo* executava a medida de austeridade mais “à direita” desde a troika, com cortes salariais sem precedentes. Que o sacrifício valeria a pena, dizia-se, para minimizar as saídas, limitando-as às reformas antecipadas e às saídas “voluntárias”; sobretudo, para evitar os despedimentos colectivos.

Quatro meses depois:

– A União Europeia, que, através da Comissão, manda em tudo o que é importante neste país, ainda não validou o plano do governo português; o tribunal europeu deu razão a uma queixa da Ryanair contra as “ajudas do Estado” à TAP; portanto, ninguém sabe se, de repente, a TAP não será precipitada na



Plenário do SITEMA, 15 de Julho

“Em plenário os sócios deste sindicato [SITEMA], recordando que o que descontam a mais do seu vencimento daria para salvar todos os colegas aqui sindicalizados na eventual situação de despedimento, decidiram que a manter-se a atual situação avançaremos com greve às horas extraordinárias e às deslocações, o que significa que se um avião ficar parado em África por falta de manutenção, pela nossa parte, é lá que vai ficar”



falência sumária.

– Entretanto, a administração acabou de entrar, com presidente francesa, iniciou um processo de 124 despedimentos colectivos, de várias profissões, que não obedece a nenhum critério aparente a não ser o objectivo, bem político, de marcar “quem manda aqui” e deixar claro que ninguém está a salvo de ir para a rua.

Os sindicatos começaram a reagir.

O SPAC, pilotos, o SITAVA (aviação e aeroportos) e o SNPVAC (pessoal de voo) denunciaram os despedimentos. O SITEMA, técnicos de manutenção de aeronaves, denunciou o despedimento colectivo, e o seu presidente declarou: *“não vamos continuar a manter o acordo, sendo que esse acordo não está a servir para aquilo que foi desenhado, que era a salvaguarda dos postos de trabalho dos nossos sócios”*. O sindicato convocou um plenário/concentração diante da administração para 15 de Julho, que decidiu, como relatou o presidente do sindicato, Paulo Manso:

GROUNDFORCE: GREVE!

O accionista privado da Groundforce, A. Casimiro, é o homem que Passos Coelho chamou para privatizar a empresa. Nunca precisou de desembolsar um tostão pelas acções. Mas sacou da Groundforce milhões que a arruinaram. Agora veio dar mais um passo de dança na miserável farsa que continua a encenar com a TAP,

accionista minoritário, quase integralmente propriedade do Estado.

Dança esta, cuja finalidade aparente é destruir a empresa depois de chupá-la até ao osso e acabar com os contratos dos trabalhadores.

A. Casimiro recusa agora a ajuda da TAP para pagar salários e subsídio de férias em atraso aos trabalhadores da

O presidente é um sr. Mello, e os vice-presidentes têm os apelidos Azevedo (Sonae) e Amorim, (cortiça, GALP). Inclui a Altice, o BCP, a GALP, o Santander Portugal – tudo empresas ultimamente notórias por, como a TAP, a Groundforce e muitas outras grandes empresas, serem a ponta de lança do tsunami de despedimentos em curso e preparação.

ALTICE: GREVE!

Altice, que, ao comprar a PT, se comprometera a nunca recorrer ao despedimento colectivo, comunicou à CT, no início do mês, a intenção de despedir 246 trabalhadores. Nos últimos anos, já se desfizera de milhares, utilizando expedientes mais habituais: assédio terrorista, levando a “rescisão por mútuo acordo”, ou reforma antecipada.

Como é seu timbre, a Altice justificou sem disfarce a sua acção com a “revolução tecnológica” ou, em bom português: “estamo-nos a preparar para ir buscar muita massa à ‘transição digital’ da bazuca”.

Mas o ponto essencial da justificação dada para os despedimentos está, noutro ponto, numa comparação dos efectivos actuais da Meo (5096) com os das concorrentes directas, Nos e Vodafone (1807 e 1397).

De novo, em bom português: “Estes 246 é só para aquecer. Preparem-se que vão ser para aí mais uns 3000”.

Os trabalhadores perceberam. Face, também, à selvajaria dos métodos de despedimento, à americana: “amanhã já cá não apareças!”, uma das frentes sindicais, em comunicado conjunto, proclamou:

“Ninguém arreda pé do posto de trabalho!”

e “Querem guerra, vão tê-la”.

Para 21 de Julho, é a greve.

Vai ser preciso continuar. ■

empresa. Considera as condições “inaceitáveis”.

Escusado será dizer que, recusando a ajuda, continuou a não pagar aos trabalhadores, de nenhuma outra maneira.

Os sindicatos declararam greve em resposta e protesto, embora, lamentavelmente, não de maneira coordenada e unitária. ■

LUTA DE CLASSES

Ofensiva concertada do grande capital, governo e União Europeia
contra o emprego e o salário – os trabalhadores respondem

BANCA EM LUTA



13 de Julho – CT do Santander fala à manifestação da banca.

Variam as estimativas sobre quanto custou aos trabalhadores portugueses a pilhagem da nação pelos banqueiros durante décadas. Ou sobre quanto custa agora que os fundos abutres se saciem no cadáver do BES e outros: 25 mil milhões? Uma coisa é certa. Ainda não chegámos ao fim.

Porém, os banqueiros acham que é altura de pôr os trabalhadores da banca a pagar, agora com os seus postos de trabalho. Santander, BCP e Montepio planeiam 2.500 despedimentos este ano. Antes, foram anos a fechar balcões e reduzir empregos por recurso a formas de despedimento mais “discretas”: “rescisões por mútuo acordo” – amiúde depois de assédio intenso –, reformas antecipadas, etc.

Enquanto isto, os horários de trabalho aumentam sem cessar, e os bancos aceleram a “digitalização”. Mais prosaicamente: vão buscar milhões à “transição digital” da bazuca para despedir, sub-contratar boa parte dos serviços bancários e, caso necessário, recrutar novos a 700€.

A finalidade é, como na TAP, destruir um sector da classe trabalhadora em que os salários médios eram algo superiores ao salário mínimo.

O ataque é de tal ordem, que todos os sindicatos bancários apelaram unidos a uma primeira manifestação de protesto, frente a São Bento, no passado dia 13 de Julho, que foi apoiada pela campanha “Solidários!” (ver comunicado ao lado).

A questão é se as direcções, apesar das declarações, estarão dispostas a oferecer verdadeira resistência e, assim, a dar confiança aos trabalhadores em que vale a pena empenharem-se a fundo na luta. Infelizmente, a maior parte das direcções sindicais tem-se, sobretudo, distinguido pelo zelo com que participa na concertação social e na colaboração com o patronato.

A Comissão de Trabalhadores do Banco Santander, que tomou a palavra na concentração a seguir às direcções sindicais, chamou, muito justamente, a preparar a greve de todo o

Comunicado da campanha “Solidários!”

TRABALHADORES ATACADOS
NÃO PODEM FICAR ISOLADOS!

Os militantes sindicais e do movimento dos trabalhadores signatários do Apelo à Solidariedade e Resistência de Março passado, reunidos no dia 3 de Julho de 2021 em 3ª reunião preparatória do Encontro Nacional “Solidários: Trabalhadores Atacados Não Podem Ficar Isolados”, notam que

- depois da chantagem extrema usada contra os trabalhadores da TAP e as suas ORT’s, impondo-lhes cortes drásticos de salários a troco da renúncia a despedimentos colectivos, a administração da TAP anuncia agora despedimentos colectivos de **mais de 200 trabalhadores**. Isto, depois de já ter posto fim a quase 3 mil postos de trabalho;
- se **anunciam 2.500 despedimentos na banca** e quase **300 na Altice**. Esta, quando comprou a PT em 2015, prometeu nunca recorrer a despedimentos colectivos. No entanto, desde essa altura milhares de postos de trabalho foram destruídos;
- o grande patronato português anunciou há dias a formação de uma nova estrutura, que reúne as 42 empresas do índice bolsista português, a **Business Roundtable Portugal**, que, na sua primeira conferência de imprensa, anunciou **que mais de 1 milhão de trabalhadores teriam o seu “posto de trabalho em risco”** nos próximos anos – ou seja, que os patrões tencionam despedi-los;
- todos os sindicatos do sector bancário emitiram um comunicado conjunto dizendo: **“O Massacre Tem de Parar!”** e convocam uma manifestação dos trabalhadores bancários para o próximo dia **13 de Julho na Assembleia da República**;
- sete sindicatos das telecomunicações emitiram um comunicado conjunto sobre a ofensiva de despedimentos na Altice, declarando **“Ninguém Arreda Pé do Posto de Trabalho!”** e apelando a diversas formas de luta, concentrações e manifestações, com **greve no dia 21 de Julho, a partir das 14,30h**.

Depois da TAP, Groundforce, GALP Matosinhos e outras, a ofensiva contra os trabalhadores deste país que denunciávamos no nosso apelo está-se, pois, a intensificar de maneira concertada e com uma brutalidade cada vez mais insuportável.

Estão em causa as conquistas do 25 de Abril, o trabalho e o salário de milhões de trabalhadores. Na banca, na Altice, na TAP, na Groundforce, na GALP, hotelaria ou restauração, são **todos os trabalhadores portugueses que estão a ser atacados**.

É urgente deter de imediato esta ofensiva. O governo e a maioria da Assembleia, que foram eleitos com os votos dos trabalhadores, devem defendê-los quando eles precisam! **Que proibam de imediato os despedimentos!**

As greves e manifestações dos trabalhadores atacados devem tornar-se nas greves e manifestações de todos. Nós apelamos desde já à presença dos trabalhadores de todas as empresas e sectores atacados na manifestação dos bancários no dia 13 e no dia 21 dos trabalhadores da Altice. **Dirigimo-nos às CTs e Sindicatos, oferecendo-lhes a nossa solidariedade activa.**

Aos trabalhadores de todas as empresas e sectores, dizemos: quando o grande patronato anuncia a sua unidade para destruir uma a uma as nossas conquistas, **urge que construamos nós, agora, em todas e em cada empresa e sector, a nossa própria unidade, uma grande frente de resistência do trabalho, com as organizações sindicais e CTs, para derrotar os planos de miséria.**

É fundamental unir toda a classe trabalhadora na luta e na mobilização geral pelos direitos, pelo emprego e pelo salário. É, também, hora de todos os que representam os trabalhadores assumirem plenamente as suas responsabilidades.

Lisboa, 3 de Julho de 2021

solidariostap.galp@gmail.com

<https://www.facebook.com/Solidários-101343838750287>

sector, única maneira de opor resistência eficaz aos banqueiros e ao governo que eles têm na mão. ■

“Vão arrasar milhões de postos de trabalho”

Director do Público sobre a aprovação do “pacote climático” pela Comissão Europeia

Homem razoável e adequadamente moderado, o director do Público, Manuel Carvalho, manifesta, em editorial de 14 de Julho, a sua aprovação – do fundo do coração – do pacote de medidas ditas “climáticas” que a Comissão Europeia acaba de adoptar.

Manuel Carvalho, homem razoável e adequadamente moderado, não se sentiria bem sem mencionar, “honestamente”, algumas inevitáveis consequências do pacote.

Fá-lo, e merece leitura atenta.

Aqui fica, para que conste, de fonte fidedigna, o que

os trabalhadores portugueses e europeus terão de enfrentar, nos próximos anos, por causa deste “pacote”:

“As 13 medidas propostas pela Comissão vão ter um custo anual de 350 mil milhões de euros [quase o dobro do PIB de Portugal], vão impor mais gastos às famílias em comida ou transportes, vão arrasar milhões de postos de trabalho e vão condenar milhares de empresas à inviabilidade pelos maiores custos do mercado de emissões de carbono.”

Deriva Autoritária

O primeiro estado de emergência declarado a pretexto da pandemia incluiu medidas de restrição grave do direito à greve, que, na altura, serviram para esmagar greves dos estivadores e enfermeiros.

Desde então, o governo, geralmente em cumprimento de ordens e directivas de Bruxelas, tem adoptado paulatina e o mais discretamente possível uma série de medidas que representam novos atentados sem precedentes às liberdades democráticas. Compreende-

se a génese desta vertente antidemocrática da ofensiva desatada contra os trabalhadores: não será fácil fazer passar medidas de tal brutalidade sem tirar aos trabalhadores grande parte das liberdades de Abril.

Abaixo, quatro exemplos de ataques alarmantes: à liberdade de expressão; à liberdade de circulação e à protecção de dados pessoais; ao direito à greve; e à liberdade de manifestação.

Não podem passar em claro.

I – A Verdade, Estatizada

Por força dos Tratados de Maastricht e Lisboa, o texto constitucional português (como os dos restantes países da UE) foi substituído pelo mandamento supremo, e único, da “economia de mercado e livre concorrência” e pela soberania total dos órgãos da burocracia de Bruxelas sobre o que “falseie” ou não tal sacra concorrência.

A expropriação do antigo soberano constitucional (o povo) não fica, todavia, limitada à “economia”.

No dia 17 de Maio, uma larga maioria da Assembleia da República, PS, PSD, Bloco de Esquerda, CDS, PAN e deputados soltos (restantes abstiveram-se), aprovou a “Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital”. Esta carta dá aplicação a um – sinistro – “Plano de Ação contra a Desinformação”, apresentado pela Comissão Europeia em 2018.

O que é “desinformação”?

Segundo a carta, é uma “narrativa comprovadamente falsa ou enganadora criada, apresentada e divulgada para obter vantagens económicas ou para enganar

Europeia as policar – que é pior que o sistema do tempo da *troika*.

Desinformação, então, clara, segundo a definição da Carta? Será este o tipo de desinformação que a Carta tem em mira? Será o contrato entre o fundo abutre *Lone Star* e o Estado, ainda secreto, apesar de obrigar milhões de cidadãos eleitores a coisas que não conhecem, por tempo que não conhecem e sem nunca terem sido consultados? Pela definição da carta, sim, é outro exemplo perfeito de desinformação.

Assim como se ajusta, na perfeição, à definição toda a indústria da publicidade,

que movimenta milhões. Ou nela cabe, como uma luva, outro ramo – também economicamente importante – da vida pública: o mundo das rocambolescas narrativas religiosas e das fastosas instituições que as propagam com dinheiros do Estado, contrariando toda a informação científica acumulada pela humanidade.

No entanto, não eram decerto tais casos de desinformação flagrante e ostensiva que o espantoso arco parlamentar que aprovou a “Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital” tinha em mente.

A Carta propõe-se, isso é claro, estatizar a verdade. Cria meios para que o Estado, através de uma agência específica, a ERC, decida o que é verdade e o que é mentira – e, inevitavelmente, sentencie os “culpados” de faltarem à verdade assim estatizada. Não será, sosseguem, nenhum dos exemplos dados mais acima.

Estatizando a verdade, a UE e o seu governo, actual e futuros, estão-se organizando para ilegalizar a informação e a verdade que não respeitem a sagra da lei da concorrência capitalista.

É um ataque sem precedentes à liberdade de expressão e informação.

É meio caminho andado para o regresso da censura.

É que a verdade e a informação, como o resto, são objecto da luta de classes. ■

Versão portuguesa da “Carta”, artigo 6.º:

“1 – O Estado assegura o cumprimento em Portugal do Plano Europeu de Ação contra a Desinformação, por forma a proteger a sociedade contra pessoas singulares ou coletivas, de jure ou de facto, que produzam, reproduzam ou difundam narrativa considerada desinformação, nos termos do número seguinte.

2 – Considera-se desinformação toda a narrativa comprovadamente falsa ou enganadora criada, apresentada e divulgada para obter vantagens económicas ou para enganar deliberadamente o público, e que seja suscetível de causar um prejuízo público, nomeadamente ameaça aos processos políticos democráticos, aos processos de elaboração de políticas públicas e a bens públicos.”

deliberadamente o público”.

Em finais de Abril, o governo publicou o PRR: a famosa bazuca de subsídios aos patrões para os próximos anos. Publicou? Mentira. Na altura, a comunicação social descobriu que o que se publicou não incluía as “(contra)reformas” que Bruxelas exige para libertar o dinheiro, nem a maneira de a Comissão

II – Criminosos, até Prova em Contrário

“O nome do passageiro, a data e o trajecto de avião que este fez ou pretendia fazer, os contactos e as moradas que disponibilizou à transportadora aérea, a forma como pagou a viagem, os documentos de identificação que apresentou e a data de nascimento. Estes são alguns dos elementos do chamado registo de identificação de passageiros que as autoridades portuguesas e dos restantes países da União Europeia vão passar a guardar durante cinco anos com o objectivo de prevenir e de investigar o terrorismo e outros crimes graves.” (Público, 7 de Julho)

Noticiou a imprensa, com certa discrição, a adopção pela Assembleia, na generalidade, de um “registo de identificação dos passageiros” (RIP).

A nova “megabase” – termo da imprensa – teve os votos de PS e PSD (PC e BE contra).

O novo registo trata todos os passageiros aéreos – para já, os aéreos – como suspeitos de “terrorismo”. Não surpreenderá ninguém que ele decorra da transposição de uma directiva europeia, data da de 2016.

Até agora, dados de passageiros – se e só se vindos de fora do “espaço Schengen” – que as transportadoras aéreas passavam ao SEF, para efeitos de controlo fronteiriço, eram, depois deste, apagados de imediato.

Uma vez o “RIP” definitivamente aprovado, as polícias passarão a controlar ao milímetro: todas as deslocações aéreas; de todos os cidadãos.

O cidadão, todo o cidadão, passa a ser um risco de segurança. E, como tal, vigiado. ■

LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Deriva Autoritária - II

III – A Greve, Proibida

Em Junho, já fora do estado de emergência, o sindicato dos inspectores do SEF quis marcar um ciclo de greves para protestar contra a intenção do Governo “de extinguir o SEF”.

O SEF celebrou-se pelas piores razões. A sua função policial nas fronteiras consiste essencialmente em aplicar a política da União Europeia contra os imigrantes de países pobres. O governo pretende continuar a fazer a mesma política, mas, aparentemente, redistribuindo a função pelas outras polícias. Para os trabalhadores portugueses, como para os imigrantes sujeitos à política repressiva da UE, nada muda: saber qual o chefe da polícia que vai mandar no cassetete é indiferente.

No entanto, o que o sindicato dos inspectores do SEF, funcionários públicos assalariados, convocou não foi um debate sobre a extinção ou não do SEF. Foi uma greve. Um direito fundamental de qualquer trabalhador assalariado.

O governo reagiu de imediato. Decretou a requisição civil.

Argumentou com a “preservação da segurança interna e o adequado controlo da situação pandémica”.

Justificações completamente absurdas. A greve obrigaria, sem dúvida, a anular voos nas respectivas faixas horárias, por não se poderem cumprir as

normas de controlo sanitário e de “segurança” à entrada no país. Com os voos anulados, ninguém entraria. A situação sanitária não se alteraria.

Mas, a seguir, o governo lá dá a verdadeira razão: a greve “constituiria um efeito dissuasor da vinda de turistas estrangeiros, pondo em causa a possibilidade de recuperação económica por via do turismo, impedindo a esperada retoma deste setor.”

O governo proíbe, pois, uma greve porque ela tem “efeitos económicos nocivos”!



Ora, o próprio de qualquer greve é que, quando os trabalhadores não trabalham, não produzem. E, portanto, há um efeito económico nocivo para o patrão. Se não houvesse, que caso faria o patrão dela?

Na greve, o patrão é obrigado a fazer contas de cabeça: “Ceder, quiçá perdendo menos dinheiro? Mas, ao ceder, não estarei a fazer os trabalhadores fortes, e, para a próxima, não será pior? E, se não cedo, não me arrisco a perder uns clientes? Já eles, à fome, talvez cedam primeiro... Talvez o melhor seja tentar subornar uns fura-greves e despedir os “cabecilhas”. E falar com o ministro ou o chefe da polícia”.

E por aí fora. São as típicas reflexões tácticas e estratégicas da guerra de classes.

Ao argumentar com os efeitos económicos da greve para proibir a greve, pouco importa qual, o governo outorga-se carta branca para, na prática,

abolir o direito à greve. Greve, só se não tiver efeito nenhum – e, por conseguinte, só se não servir para nada.

A direcção do Bloco nada disse.

A confederação patronal do turismo, sim: já pediu a requisição civil da Groundforce. ■

IV – Manifestantes, Delatados

Não é uma nova medida do governo – “apenas” uma prática, estabelecida há anos.

Soube-se há semanas que, quando de uma manifestação de opositoristas russos nas imediações da embaixada russa, em Janeiro (!), os dados pessoais de quem comunicou a convocação da manifestação à Câmara Municipal de Lisboa foram enviados às autoridades russas.

Rapidamente se revelou que, afinal, era rotina. A lei que regula o direito à manifestação apenas estipula o dever de comunicar, não de pedir autorização. Quem convoca uma manifestação informa, para que quem de direito regule o trânsito e mais aspectos da vida urbana.

No entanto, sistematicamente, há mais de uma década, a CML passa essa informação a quem ela entende ser o “alvo” da manifestação. Por exemplo, quando foi informada de uma manifestação pró-Palestina que decorreu no Rossio (a quilómetros da embaixada de Israel!), a Câmara delatou à embaixada de Israel os dados pessoais de quem convocava... ■

INTERNACIONAL

Cimeira da NATO Baterias Assestadas contra a China

Reuniu-se a 14 de Junho, em Bruxelas, a primeira cimeira “presencial” da NATO desde o início da pandemia. Contou com a presença do primeiro-ministro português António Costa e, naturalmente, do novo presidente americano, Joe Biden.

Reafirmou-se que a NATO, formada como aliança do “Atlântico Norte”, é para todo o sempre uma polícia eterna ao serviço dos interesses do imperialismo norte-americano – em todo o mundo.

O exército dos EUA retira do Afeganistão, bem longe do Atlântico, derrotado. Deixa um rasto de destruição. Os restantes países “aliados”, entre eles Portugal, que colaborou no esforço de destruição daquele país martirizado, acompanham-no.

Mas as conclusões da cimeira são claras sobre quais são agora as prioridades. Acompanhar a “viragem para o Pacífico” iniciada por Obama, prosseguida por Trump e, agora,

intensificada por Biden. Viragem para o Pacífico é o nome de código para assestar baterias contra o “ascenso da China”, que representaria um “desafio sistémico”. A NATO salienta, sem ironia, o aumento da despesa com armamentos daquele país. O orçamento militar chinês é igual a um quarto da despesa americana, sem contar a dos aliados europeus da NATO...

Na cimeira, não houve nada que se parecesse com a polémica violenta de Trump contra os países europeus por muitos destes não terem aumentado suficientemente as suas despesas militares, de modo que as guerras americanas saiam mais baratas a Washington. Não houve polémica, mas não por Trump já lá não estar. Não houve, porque os europeus, entretanto, obedeceram. Como disse o secretário-geral da organização, o norueguês Stoltenberg: “A boa notícia é que os Aliados acrescentaram 260 mil milhões extra para defesa desde 2014”. Só este valor, muito superior ao orçamento militar anual da China... ■

MUNDO

Palestina Do Mediterrâneo ao Jordão, Um Povo!

No passado mês de Maio, deu-se uma autêntica sublevação do povo palestino contra o Estado de apartheid israelita. Pela primeira vez, o povo palestino saiu à rua não só nos territórios controlados pela pretensa Autoridade Palestiniana, em Gaza, mas também no próprio Estado de Israel, onde os palestinianos não judeus são cidadãos de segunda.

O Estado de Israel, instrumento do imperialismo americano na região, por ele criado, financiado e mantido, respondeu com extrema violência, causando mais de um milhar de mortos em Gaza.

Mais recentemente, a Autoridade Palestiniana matou um político, Nizar Al-Banat, conhecido pelas suas críticas duras ao regime corrupto de co-

laboração com o Estado de Israel. No próprio dia, houve concentrações, muitas espontâneas, em toda a Palestina. Brandindo retratos de Banat, os manifestantes gritavam “Abbas, rua!”, “O povo quer que o regime caia!”. Uma intifada contra os dirigentes da Autoridade Palestiniana (AP), referiu a imprensa internacional.

A AP tem origem nos Acordos de Oslo entre a Organização de Libertação da Palestina (OLP) e o Estado de Israel, sob a égide dos EUA, em 1993.

A “Autoridade” nunca teve autoridade. Cada vez mais corrupta, a única coisa que controla e dirige é a repressão e a cooperação de segurança com o Estado de Israel, sob os auspícios do general americano Keith Dayton, que treinou os serviços de segu-

rança “autónomos” da Palestina.

As manifestações continuam o levantamento do povo palestino, que, em Maio, reafirmou a sua unidade, do Mar Mediterrâneo ao rio Jordão, e a sua vontade de se libertar do jugo do apartheid.

Publicamos excertos de duas declarações:

Na última página, a do CORQI, “Fim ao Massacre do Povo Palestino”.

Abaixo, uma declaração da campanha *Um Só Estado Democrático* (ODS) sobre o assassinato de Nizar Banat. Esta campanha é apoiada por várias centenas de militantes palestinianos judeus. Alguns dos signatários pronunciavam-se por um Estado palestino único, laico e democrático em todo o território da Palestina histórica.

Abaixo a Autoridade da Vergonha!

Extractos da declaração da campanha “Um Só Estado Democrático” sobre o assassinato de Nizar Banat

“O nosso povo encontra-se em estado de choque, estupefacção e luto após o atroz crime perpetrado pelas autoridades de Oslo contra o militante opositor Nizar Al-Banat. É agora evidente que a vida não pode continuar como era e que começou a contagem decrescente para o fim da Autoridade da Vergonha.

As suas agências repressivas, formadas pelo general da CIA Keith Dayton, assassinaram deliberada e brutalmente Nizar Al-Banat (...). Este crime deitou óleo nas chamas que ardiem já no coração dos filhos e filhas do nosso povo. Acresce à cólera acumulada contra o regime palestino, pela sua generalizada corrupção, a opressão que dele emana e a sua cooperação com o colonizador. Este regime é completamente estranho às aspirações do nosso povo e às nossas esperanças de libertação, de liberdade e de justiça. Ele nada tem que ver com a luta de libertação (...). Este regime passou a ser um pesado fardo que o povo já não aguenta.

A campanha ‘Um Só Estado Democrático’ defende uma visão da Palestina do futuro como país democrático, construído sobre as ruínas do sistema colonial, do

apartheid e da tirania.

Uma pátria livre para seres humanos livres. A nossa visão é de uma sociedade pluralista, na qual todos os cidadãos sejam iguais e esteja garantida a liberdade de expressão, tal como a dignidade humana e os direitos das mulheres

(...).

Rebelde, o palestino recusa-se a edificar na sua pátria um sistema similar aos dos brutais regimes opressivos do mundo árabe. Tais regimes transformaram os seus países em prisões e açougues (...).

À luz do levantamento popular e da batalha de Jerusalém, ficou claro que a nova geração e as suas vanguardas emergentes, bem como os veteranos do combate revolucionário democrático (...) são a força habilitada a dirigir o movimento de libertação nacional e democrática assente nos valores da liberdade, da dignidade humana e da justiça social. O assassinato de Nizar Al-Banat só reforça a motivação dessa força para continuar o combate

contra o colonialismo e o agente deste, o tirânico regime palestino, e atar essa luta à dos povos árabes pela reconquista das suas pátrias aos regimes brutais que as dirigem (...).”



Manifestação em Ramala, 24 de Junho: “Abbas, rua!”

Palestina, 24 de Junho de 2021

MUNDO

Palestina **Do Mediterrâneo ao Jordão, Um Povo!**

Declaração do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (COROI)

Fim ao Massacre do Povo Palestino!

O mais recente acto da tragédia do povo palestino, de que a humanidade é hoje testemunha, enquadra-se na continuidade dos últimos setenta e cinco anos.

A tragédia do povo palestino é resultado da santa aliança contra-revolucionária entre o imperialismo britânico, o imperialismo americano e a burocracia estalinista da URSS, que, em conjunto e no interesse da preservação da ordem mundial, organizaram a partição da Palestina histórica, selada pela resolução n.º 181 da Organização das Nações Unidas, de 29 de Novembro de 1947: uma resolução que negava o direito do povo palestino a decidir livremente o seu destino, uma resolução que pretendia dividir a terra da Palestina em dois Estados, um dos quais, o “Estado árabe”, nunca chegou a existir.

Os pretensos “planos de paz” que se lhe seguiram, de Camp David aos acordos de Oslo de 1993, assentaram, todos eles, na sonegação ao povo palestino do direito a dispor de si próprio. E voltou a ser no Conselho de Segurança da ONU que se deu cobertura à agressão em curso contra o povo palestino. (...)

É significativo que as famílias que o Estado de Israel quer expulsar do bairro de Sheikh Jarrah, em Jerusalém, ali se tenham estabelecido em 1948 depois de expulsas de Jaffa e Haifa. Como militantes palestinos escreveram: “a tragédia de Sheikh Jarrah é uma súplica da tragédia da Palestina desde 1948”. Têm toda a razão: a lógica do sionismo é a de ir expulsando o povo palestino das suas terras, negar a sua existência e reprimir no sangue qualquer sua manifestação pelos direitos nacionais.

A política que o Estado de Israel hoje promove não é a política de Netanyahu, conquanto este a exacerbe ainda mais do que os seus predecessores. É uma política que é resultado da própria natureza deste Estado, erguido, em 1948, sobre a expulsão de 850.000 palestinos, escuraçados das suas cidades e aldeias durante a Nakba. Um Estado colonial, teocrático, assente, desde o primeiro minuto, na discriminação e expulsão do povo palestino.

Para os marxistas, o sionismo foi sempre uma corrente reaccionária, minoritária nas populações judias oprimidas da Europa, que virava costas à luta democrática pela igualdade de direitos. Depois de 1945, graças à fraudulenta exploração da tragédia do extermínio de 6 milhões de judeus pelo regime nazi, o sionismo converteu-se num instrumento da política imperialista no Médio Oriente. (...)

Nada há, assim, de surpreendente em que a administração Biden, neste aspecto como em tantos outros, se situe na continuidade da de Trump. Trump proclamara “Jerusalém capital do Estado de Israel.” Biden aprovou, declarando que “Israel tem o direito de

Fahm, Lod, etc., o povo palestino dá uma vez mais mostras da sua unidade e da vivacidade das suas aspirações nacionais e democráticas.

Colidindo estas aspirações com um Estado de apartheid, com o imperialismo mundial e com os regimes corruptos a ele enfeudados, o povo palestino só pode encontrar aliados na classe operária internacional e nos povos oprimidos, também eles confrontados com a barbárie engendrada pelo regime assente na propriedade privada dos meios de produção. É, pois, responsabilidade das organizações operárias de todo o mundo porem-se incondicionalmente ao lado do povo palestino.

Nos últimos tempos, têm-se elevado, vindas da população judaica de Israel, vozes fortes – minoritárias embora – contra os mais recentes massacres de que foi vítima o povo palestino. Assim a célebre associação de defesa dos direitos humanos, B’tselem, ao afirmar: “*Do Jordão ao Mediterrâneo, o apartheid*”. Ou os sessenta jovens estudantes liceais judeus israelitas que, ao recusarem servir no exército israelita, proclamam que “*nos pedem para envergar um uniforme manchado de sangue. Com a Nakba e a ocupação, a sociedade israelita edificou-se sobre fundações podres; isso repercutiu-se agora em todos os aspectos da vida: no racismo, nos discursos políticos de ódio, na brutalidade da polícia.*”

(...) Mais do que nunca, a única solução democrática possível, aquela que o movimento nacional palestino articulou no acto da sua fundação – antes de os seus dirigentes a declararem “caduca” perante os pretensos “acordos de paz” — é a da criação de um Estado palestino único, laico e democrático em todo o território histórico da Palestina, garantindo a igualdade de direitos a todos os seus cidadãos, seja qual for a sua confissão ou origem. (...)

Fim imediato das expulsões em Sheikh Jarrah!

Liberdade para o povo palestino! Direito ao retorno de todos os refugiados!

14 de Maio de 2021



18 de Maio em Haifa.

se defender”, refrão eterno de todos os apaniguados do Estado colonizador. Foi em nome desta política que, apoiando-se nas hordas de colonos fanatizados, Netanyahu organizou o “saneamento étnico” de Jerusalém. Todos os governos imperialistas apoiam a administração Biden neste propósito: Macron em França, Merkel na Alemanha, Johnson na Grã-Bretanha, etc., assim como a Comissão Europeia, que, como é seu hábito, põe em pé de igualdade agressor e vítima. (...)

A tragédia do povo palestino é igualmente acto de acusação à Liga Árabe e a todos os regimes da região, sem excepção. (...)

Apesar das traições e tragédias que têm balizado a sua luta desde 1948, o povo palestino nunca desistiu dos seus direitos nacionais. De Gaza, embargada, à Cisjordânia, despedaçada pelos colonatos, dos campos de refugiados a Jerusalém, passando pela sublevação dos palestinos dos “territórios de 1948”, Haifa, Umm Al-